

MINISTÉRIO DA FAZENDA
AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. – ABGF.

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MAIO/2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Empresa está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria CGU nº 133/2013.

Brasília, 05/2014

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

- ABGF: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
- Art.: Artigo
- Arts.: Artigos
- BB: Banco do Brasil S.A.
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CAMEX: Câmara de Comércio Exterior
- CEF: Caixa Econômica Federal
- CGU: Controladoria-Geral da União
- CNAE: Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- COFIS: Conselho Fiscal
- CONAD: Conselho de Administração
- COSUP: Coordenação de Suporte de Serviços Operacionais
- CPFGIE: Conselho de Participação do FGIE
- DEST: Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
- DFI: Danos Físicos ao Imóvel
- DIREX: Diretoria-Executiva
- DN: Decisão Normativa
- FGCE: Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior
- FGE: Fundo de Garantia à Exportação
- FGHAB: Fundo Garantidor da Habitação Popular
- FGI: Fundo Garantidor para Investimentos
- FGIE: Fundo Garantidor de Infraestrutura
- FGO: Fundo de Garantia de Operações
- IN: Instrução Normativa
- LOA: Lei Orçamentária Anual
- MF: Ministério da Fazenda
- MIP: Morte e Invalidez Permanente
- MPME: Micro, Pequena e Média Empresa
- NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade
- OCI: Órgão de Controle Interno
- OFSS: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
- OI: Orçamento de Investimento
- PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
- PDG: Programa de Dispendios Globais
- PGFN: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- PIL: Programa de Investimentos em Logística

- PMCMV: Programa Minha Casa, Minha Vida
- PPP: Parcerias Público-Privadas
- RG: Relatório de Gestão
- SAIN: Secretaria de Assuntos Internacionais
- SBCE: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S.A.
- SCE: Seguro de Crédito à Exportação
- SIAFI: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
- SISAC: Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
- SIORG: Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional
- SUSEP: Superintendência de Seguros Privados
- TCU: Tribunal de Contas da União
- TI: Tecnologia da Informação
- UJ: Unidade Jurisdicionada
- UO: Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Título	Página
Quadro 01 – Identificação da ABGF	11
Quadro 02 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	23
Quadro 03 – Síntese da Remuneração dos administradores – Dir. Estatutária	24
Quadro 04 – Síntese da Remuneração dos Membros do Conselho Administração.....	24
Quadro 05 – Síntese da Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal	25
Quadro 06 – Programação de Despesas	26
Quadro 07 – Despesas por modalidade de Contratação	27
Quadro 08 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesas.....	28
Quadro 09 – Realização da Despesa – Orçamento de Investimento.....	29
Quadro 10 – Realização da Despesa – PDG – Dispendios Correntes.....	29
Quadro 11 – Força de Trabalho	30
Quadro 12 – Detalhamento da Estrut. de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas..	31
Quadro 13 – Quantidade de servidores por faixa etária	31
Quadro 14 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade	32
Quadro 15 – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	33
Quadro 16 – Cumprimento das obrigações da Lei 8.730/1993	34
Quadro 17 – ABGF como investida	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	11
1 Identificação e Atributos da ABGF.....	11
1.1 Identificação	11
1.2 Finalidade e competências institucionais da ABGF.	12
1.3 Organograma Funcional.....	13
1.3.1 ABGF	13
1.3.2 Presidência.....	14
1.3.3 Diretoria Administrativa e Financeira	15
1.3.4 Diretoria de Risco	16
1.3.5 Diretoria de Operações.....	17
1.4 Macroprocessos Finalísticos	18
1.5 Macroprocessos de apoio.	19
1.6 Principais Parceiros.....	19
2 Planejamento e Resultados Alcançados.....	20
2.1 Planejamento.....	20
3 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão	21
3.1 Estrutura de Governança.....	21
3.2 Remuneração paga aos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	22
3.2.1 Política de remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	22
3.2.2 Demonstrativo da Remuneração mensal de membros dos conselhos	23
3.2.3 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos..	24
4 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	25
4.1 Execução das despesas.....	25
4.1.1 Programação	25
4.1.1.1 Análise Crítica.....	27
4.1.2 Realização da Despesa	27
4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade Contratação – Créd. Originários – Total.....	27
4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	28
4.1.2.3 Análise Crítica da Realização da Despesa	28

4.1.2.3.1	Análise Crítica da Realização da Despesa – Orçamento de Investimento (OI)	28
4.1.2.3.2	Análise Crítica da Realização da Despesa – PDG – Dispêndios Correntes.....	29
5	Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	30
5.1	Estrutura de Pessoal da ABGF	30
5.1.1	Demonstração da força de trabalho à disposição da ABGF	30
5.1.1.1	Lotação.....	30
5.1.2	Qualificação da força de trabalho	31
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	31
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a idade	31
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a escolaridade	32
5.1.3	Custos de Pessoal	33
5.1.4	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	33
6	Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.....	34
6.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	34
7	Informações Contábeis.....	34
7.1	Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76	34
7.2	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	34
7.3	Relatório do Auditor Independente	35
	RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	36
	ANEXOS	37

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão - RG da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A - ABGF, referente ao período de gestão de 27 de agosto a 31 de dezembro de 2013, apresentado ao Tribunal de Contas da União-TCU a título de prestação de contas anual, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e da Portaria nº 133/2013 da Controladoria-Geral da União - CGU.

Este RG está estruturado sob a forma de itens, conforme apresentado a seguir:

- 1 Identificação e Atributos da ABGF
- 2 Planejamento e Resultados Alcançados
- 3 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão
- 4 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira
- 5 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados
- 6 Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas
- 7 Informações Contábeis

Itens da DN TCU 127/2013 – Parte A do Anexo II – que não se aplicam à ABGF, devido à sua natureza jurídica e à legislação de regência de suas operações (Lei nº 6.404/1976 e normas da SUSEP).

- 2.2: Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados;
- 4.1.2: Movimentação de créditos interna e externa;
- 4.1.3.2: Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ;
- 4.1.3.4: Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ;
- 4.1.3.5: Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação;
- 4.1.3.6: Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação;
- 4.3: Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores;
- 4.4: Transferências de recursos;
- 4.6: Renúncia de receitas;
- 5.1.5: Cadastramento no SISAC;
- 11.1: Demonstração das medidas para adoção de critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público;
- 11.3: Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC T 16.6.

Itens da DN TCU 127/2013 – Parte A do Anexo II – que se aplicam à ABGF, mas não há conteúdo a ser informado, em razão de a Empresa encontrar-se em fase pré-operacional e de estruturação de processos e atividades necessários ao seu efetivo funcionamento.

- 2.3 Informações sobre outros resultados;
- 3.2 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos;
- 3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores
- 3.4 Sistema de correição;
- 3.5 Cumprimento pela instância de correição da Portaria CGU nº 1.043, de 2007;
- 3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividades dos controles internos;
- 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da UJ;
- 5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;
- 5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos;
- 5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida etc.;
- 5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários;
- 8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis;
- 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU;
- 9.2 Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno;
- 9.3 Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna;
- 9.5 Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário;
- 10 Relacionamento com a sociedade;
- 11.5.2 Composição acionária da UJ como investidora;
- 12.1: Outras informações consideradas relevantes pela ABGF.

Itens da DN TCU 127/2013 – Parte A do Anexo II – que se aplicam à ABGF, mas não há conteúdo a ser informado, em razão de a Empresa utilizar-se de infraestrutura logística e de local cedidos pela Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN do Ministério da Fazenda.

- 6 Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário;
- 7 Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento;
- 8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados;
- 8.3 Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água;

O item 33 - Unidades Jurisdicionadas patrocinadoras de entidade fechada de previdência complementar, da DN TCU 127/2013 – Parte B do Anexo II, aplica-se à ABGF, mas não há conteúdo a ser informado, em razão de a Empresa ainda não ser patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

A principal realização da ABGF no período de gestão, de 27 de agosto a 31 de dezembro de 2013, foi a elaboração do seu Plano de Negócios, abordando as ações necessárias ao início das operações da empresa, nas seguintes áreas de atuação:

- prestação dos serviços de constituição e administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura- FGIE;
- prestação de serviços à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda- SAIN/MF, destinadas ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE; e
- a possibilidade da capitalização da ABGF, mediante a transferência da totalidade das cotas de propriedade da União, dos seguintes fundos: Fundo Garantidor de Investimento - FGI, Fundo de Garantias de Operações - FGO e Fundo Garantidor de Habitação Popular- FGHAB.

As principais dificuldades para a realização dos objetivos da ABGF, no referido período de gestão, além dos desafios inerentes a uma organização em fase de estruturação, foram a indisponibilidade de quadro mínimo de pessoal, de infraestrutura logística e de tecnologia, para o início de suas atividades. As limitações de ordem orçamentária, devido à ausência do Programa de Dispêndios Globais - PDG de 2013, para licitações e execução dos gastos, também se constituiu em dificuldades para a gestão.

Os principais planos e projetos para o exercício de 2014 compreendem:

- a prestação dos serviços do SCE/FGE, a partir de julho/2014, mediante a assinatura de contrato com a SAIN/MF;
- a conclusão do estatuto, regulamento e certificado de garantia do FGIE, no início do segundo semestre de 2014; e
- a conclusão das análises quanto à transferência das cotas dos fundos FGI, FGO e FGHAB, de titularidade da União para a ABGF, no segundo semestre de 2014.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

1 Identificação e Atributos da ABGF

1.1 Identificação

Quadro 1 - Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 001929
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF			
Denominação Abreviada: ABGF			
Código SIORG: 121822	Código LOA: 25289		Código SIAFI: Não se aplica
Natureza Jurídica: Empresa Pública, sob a forma de Sociedade Anônima		CNPJ: 17.909.518/0001-45	
Principal Atividade: Outras atividades de serviços não financeiros			Código CNAE: 6499-9/99
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-4122	(061) 3412-4123	(061) 3412-4057
Endereço Eletrônico: mfranco@fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.abgf.com.br (em construção)			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco “O”, Edifício Órgãos Regionais, 11º andar, Brasília DF, CEP 70079-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013			
- Estatuto Social, aprovado pela Assembleia Geral de Constituição realizada em 27.08.2013, e ata publicada em 30.12.2013			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

1.2 Finalidade e competências institucionais da ABGF.

Conforme seu Estatuto Social, a ABGF tem por finalidade:

I – a concessão de garantias contra riscos:

- a) de Morte e Invalidez Permanente - MIP do mutuário, de Danos Físicos ao Imóvel-DFI e de crédito, relacionados a operações de crédito habitacional, no âmbito de programas ou instituições oficiais;
- b) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a dois anos;
- c) políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo;
- d) de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços;
- e) de crédito em operações de aquisição de máquinas/ implementos agrícolas e em operações de crédito educativo, no âmbito de programas ou instituições oficiais; e
- f) em operações a microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas.

II – a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores;

III – a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros; e

IV – a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito à exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantias e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

As competências da ABGF estabelecidas em seu Estatuto social são:

I – praticar todos os atos necessários à concessão de garantias, emissão de certificados de garantia, monitoramento e gestão das garantias outorgadas;

II – receber comissão pecuniária por garantias outorgadas;

III – realizar análise, precificação, aceitação, monitoramento e gestão de riscos relativos a garantias, inclusive contragarantias;

IV – efetuar adiantamentos ou pagamentos e honras decorrentes de garantias outorgadas;

V – impugnar garantias, adiantamentos ou honras prestadas em desacordo com as normas aplicáveis à empresa ou aos fundos por ela administrados;

VI – promover a recuperação de créditos referentes às garantias honradas;

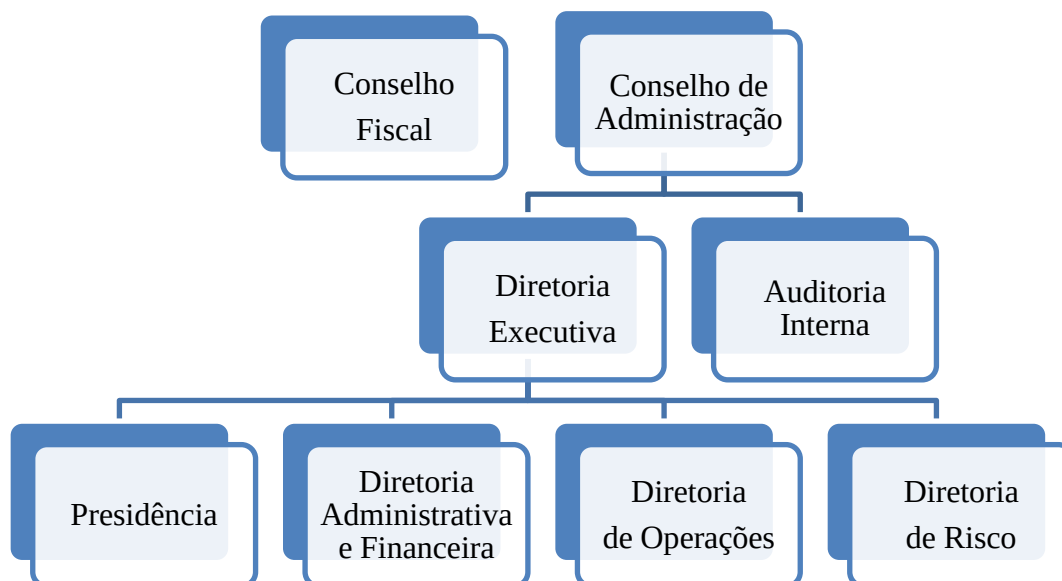
VII – criar fundos para a garantia de suas operações na forma da legislação;

VIII – administrar e gerir fundos garantidores; e

IX – exercer outras atividades necessárias ao cumprimento de seu objeto social ou decorrentes de lei ou deste Estatuto.

1.3 Organograma Funcional.

1.3.1 ABGF



Conselho de Administração: órgão de orientação e direção superior da ABGF, fixa a orientação geral dos negócios.

Conselho Fiscal: órgão de fiscalização permanente, fiscaliza os atos dos administradores e verifica o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Diretoria Executiva: órgão colegiado responsável pela gestão e representação dos negócios da ABGF, de acordo com a orientação geral do Conselho de Administração.

Auditoria Interna: órgão executor das atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial e operacional da ABGF.

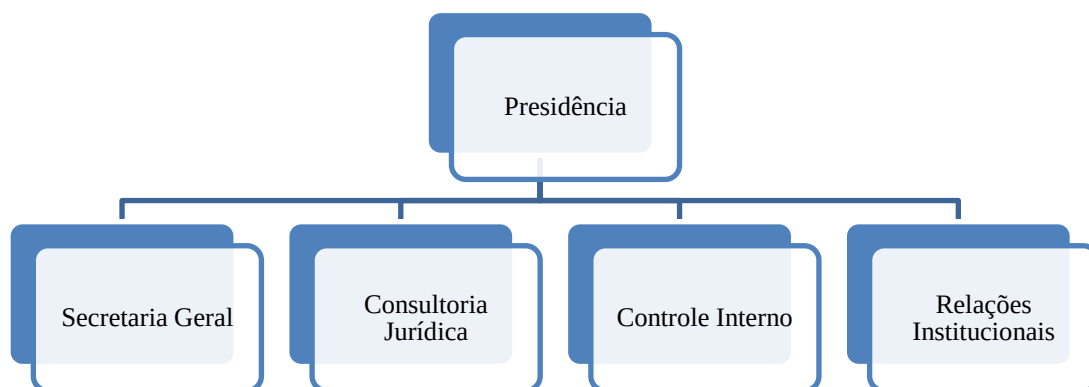
Presidência: órgão que dirige, supervisiona, coordena e controla as atividades da ABGF.

Diretoria Administrativa e Financeira: órgão que coordena a execução das políticas e estratégias de Gestão de Pessoas, de Finanças, de Contabilidade, de Recursos Logísticos e de Tecnologia da Informação.

Diretoria de Operações: órgão que coordena a execução das políticas e estratégias de operacionalização das garantias a serem outorgadas pela ABGF ou pelos fundos garantidores por ela administrados.

Diretoria de Risco: órgão que coordena o desenvolvimento dos modelos de análise, mensuração e precificação de risco de todas as operações de garantia concedidas pela ABGF ou pelos fundos por ela administrados.

1.3.2 Presidência



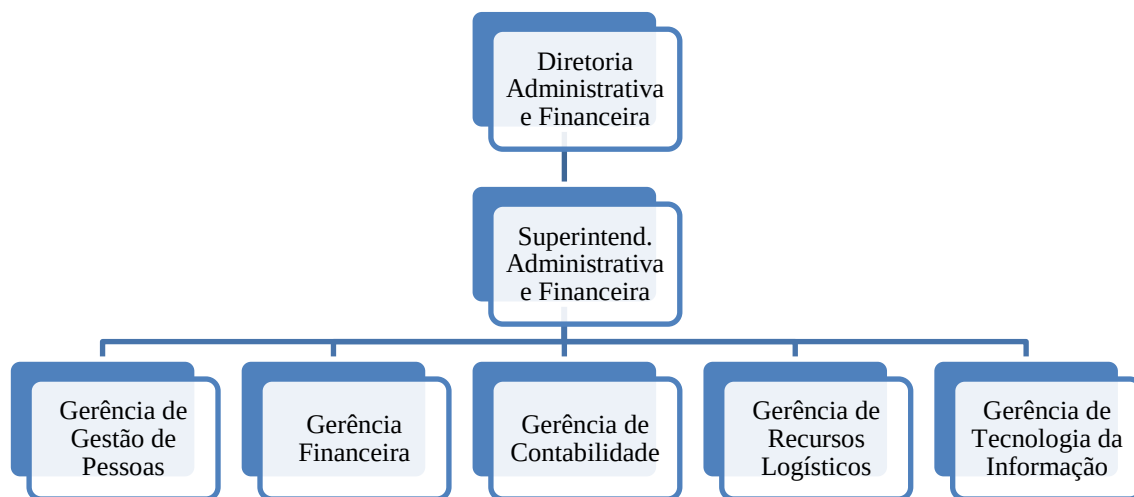
Secretaria Geral: executa as atividades de assessoramento à Presidência, presta apoio aos demais membros da Diretoria-Executiva, controla as atividades da agenda do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva e executa as demais atividades de apoio técnico-administrativo.

Consultoria Jurídica: exerce as atividades jurídicas de natureza consultiva e contenciosa, judicial ou extrajudicial e presta assessoria jurídica à ABGF, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

Controle Interno: gerencia os processos de controle interno, estabelece instrumentos visando à conformidade dos processos e ao cumprimento das normas internas e externas e institui mecanismos para o gerenciamento dos riscos corporativos.

Relações Institucionais: padroniza e normatiza as atividades de comunicação institucional e identidade visual, além da comunicação interna, analisa pedidos de patrocínios e mantém relacionamento com os meios de comunicação.

1.3.3 Diretoria Administrativa e Financeira



Superintendência Administrativa e Financeira: coordena a gestão do fluxo de caixa e dos processos de suporte de Gestão de Pessoas, de Finanças, de Contabilidade, de Recursos Logísticos e de Tecnologia da Informação.

Gerência de Gestão de Pessoas: executa as atividades relativas às políticas e estratégias de gestão de pessoas.

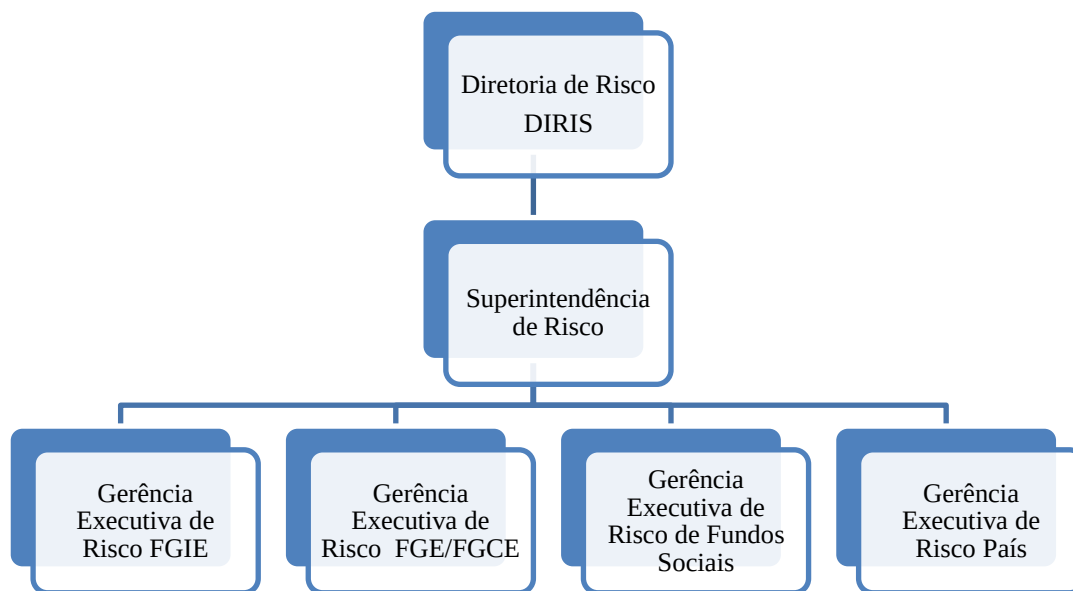
Gerência Financeira: executa as atividades relativas ao fluxo de caixa, à tesouraria, as aplicações financeiras, ao orçamento e ao programa de dispêndios globais.

Gerência de Contabilidade: executa as atividades relativas à estruturação contábil, escrituração fiscal, balancetes e demonstrações contábeis e relatórios gerenciais.

Gerência de Recursos Logísticos: executa os processos e atividades de aquisição e guarda de bens móveis e de materiais de consumo, de manutenção e guarda de material permanente; executa e controla os processos licitatórios, as atividades relativas ao trâmite e arquivamento de documentos e as de utilização do espaço físico.

Gerência de Tecnologia de Informação: executa os processos de suporte de tecnologia da informação, de aquisição e manutenção de ferramentas de suporte e de segurança, e os processos de integridade e de tempestividade das informações.

1.3.4 Diretoria de Risco



Superintendência de Risco: coordena os trabalhos das Gerências Executivas de Risco.

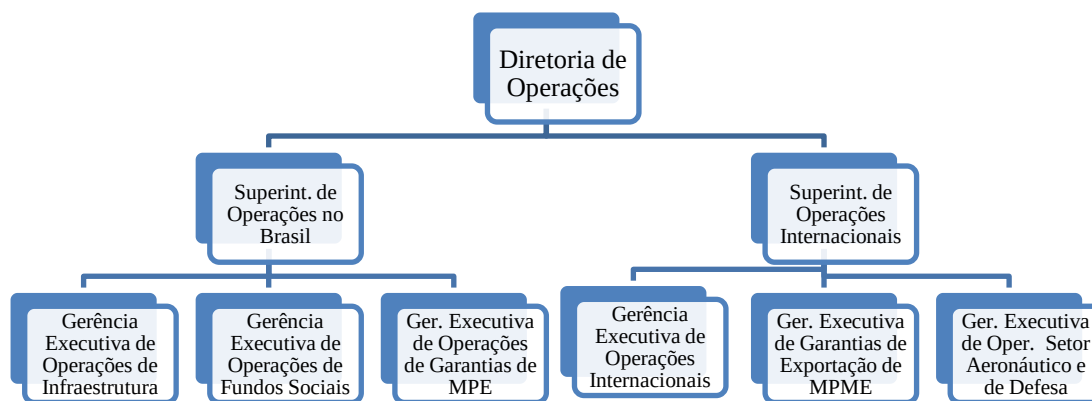
Gerência Executiva de Risco FGIE: gerencia a execução das competências inerentes à análise dos riscos relativos às operações ao amparo do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE.

Gerência Executiva de Risco FGE/FGCE: gerencia a execução das competências inerentes à análise dos riscos relativos às operações ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE e do Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior - FGCE.

Gerência Executiva de Risco de Fundos Sociais – gerencia a execução das competências inerentes à análise dos riscos relativos às operações ao amparo do fundo social Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHAB, do Fundo Garantidor para Investimentos - FGI e do Fundo de Garantia de Operações - FGO.

Gerência Executiva de Risco País – gerencia a execução das competências inerentes às análises de risco dos países (federal, estadual e municipal) objeto da concessão de garantia do FGE ou do FGCE.

1.3.5 Diretoria de Operações



Superintendência de Operações no Brasil: coordena a execução dos trabalhos das Gerências Executivas a ela subordinadas.

Superintendência de Operações Internacionais: coordena a execução dos trabalhos das Gerências Executivas a ela subordinadas, bem como dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação de Suporte de Serviços Operacionais - COSUP.

Gerência Executiva de Operações de Infraestrutura: gerencia a execução dos serviços de cobertura de risco de crédito, risco de performance, risco de descumprimento de obrigações contratuais e risco de engenharia, por intermédio do FGIE.

Gerência Executiva de Operações de Fundos Sociais: gerencia a execução dos processos relacionados ao FGHAB, ao Crédito Educativo e outros fundos suplementares aos riscos de seguro rural.

Gerência Executiva de Operações de Garantias de Micro, Pequenas e Médias Empresas: gerencia os processos relacionados ao FGO e ao FGI.

Gerência Executiva de Operações Internacionais: gerencia a análise de concessão de garantias, pela União, vinculadas a riscos comerciais, políticos e extraordinários em operações de crédito à exportação, relacionadas a operações estruturadas; acompanha a manutenção de ativos em contragarantias (penhor mercantil, hipotecas, entre outras).

Gerência Executiva de Garantias de Exportação de Micro, Pequena e Média Empresa: gerencia a análise de concessão de garantias, pela União, para micro, pequenas e médias empresas, e mantém o controle e acompanhamento das operações de prestação de garantia definidas por decisão do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX.

Gerência Executiva de Operações do Setor Aeronáutico e de Defesa: gerencia a estruturação e análise de contragarantias vinculadas a riscos comerciais, políticos e extraordinários em operações de crédito à exportação, relacionadas ao Setor Aeronáutico e de Defesa; gerencia a análise de concessão de garantias, pela União, para os Setores Aeronáutico e de Defesa e mantém o acompanhamento e a gestão das operações de prestação de garantia definidas por decisão do Conselho de Ministros da CAMEX.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

No período de gestão de 27.08 a 31.12.2013, a ABGF priorizou os macroprocessos finalísticos a seguir, com o objetivo de preparar a geração de seus produtos/serviços:

1º - Constituição, administração, gestão e representação de Fundos Garantidores:

•Fundo Garantidor de Infraestrutura – FGIE

Ações tomadas: com o objetivo de promover a constituição do FGIE, foi elaborada minuta do seu Estatuto e Regulamento, e iniciadas as discussões entre a ABGF, os órgãos governamentais e os bancos.

•Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHAB - Fundo Social

Ações tomadas: foram feitos estudos e análises com vistas à deliberação quanto à possível capitalização da ABGF, mediante a transferência das cotas detidas pela União. Diversas tratativas e reuniões foram realizadas entre a ABGF, a STN e a Caixa Econômica Federal - Administradora do Fundo.

•Fundo Garantidor para Investimento - FGI e Fundo de Garantia de Operações - FGO - Operações de Garantias de Micro, Pequenas e Médias Empresas

- **Ações tomadas:** foram feitos os estudos e análises com vistas à deliberação quanto à possível capitalização da ABGF, mediante a transferência das cotas detidas pela União em operações de garantias de micro, pequenas e médias empresas – FGI e FGO. Diversas tratativas e reuniões foram realizadas entre a ABGF, a STN e os Administradores dos Fundos, respectivamente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco do Brasil - BB.

2º - Prestação de serviços relacionados ao SCE:

- Seguro de Crédito à Exportação - SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE

Ações tomadas: iniciaram-se as tratativas e as negociações com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF, com vistas à assunção dos serviços relacionados ao SCE, executados pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, através de Contrato de Prestação de Serviços.

1.5 Macroprocessos de apoio.

Desde o início das atividades da ABGF, em agosto de 2013, encontram-se em desenvolvimento os macroprocessos de apoio, descritos a seguir:

Gestão de Pessoas

A Gerência de Gestão de Pessoas analisou, orientou e coordenou a contratação de profissionais por meio de livre provimento ou cessão observando o cumprimento do plano de cargos, carreiras e salários, do plano de benefícios e do plano de cargos em comissão da ABGF.

Financeiro

A Diretoria Financeira gerenciou o fluxo de caixa, as atividades de tesouraria e as aplicações financeiras da ABGF.

Contabilidade

A Gerência de Contabilidade coordenou as atividades relativas à escrituração contábil, escrituração fiscal e balancetes contábeis referentes aos meses de agosto a dezembro de 2013, com elaboração dos relatórios gerenciais para prestação de informações ao Conselho de Administração - CONAD, Conselho Fiscal - COFIS e Diretoria-Executiva - DIREX.

Recursos Logísticos

A Gerência de Recursos Logísticos gerenciou e coordenou os processos licitatórios, auxiliando na elaboração dos Termos de Referência e Projetos Básicos das áreas responsáveis pela execução dos referidos trabalhos, assim como controlou e supervisionou os contratos de prestação de serviços terceirizados sob sua administração.

Tecnologia da Informação

Em 2013, a ABGF ainda não tinha estruturado sua unidade de tecnologia da informação e utilizou-se da infraestrutura de tecnologia da informação do Ministério da Fazenda.

1.6 Principais Parceiros

A ABGF não possui outros órgãos ligados, coligados ou controlados, sendo uma única Unidade, razão pela qual não há estabelecimento de parcerias internas.

No período de gestão, a ABGF manteve discussões com a SAIN/MF objetivando a assunção dos serviços relacionados ao SCE, através de contrato de prestação de serviços ora executado pela SBCE, empresa privada responsável pela gestão e monitoramento dos riscos atrelados ao SCE.

Relativamente aos demais negócios, objeto da ABGF, não houve o estabelecimento formal de parcerias externas. A expectativa para o ano de 2014 é que sejam estabelecidas parcerias externas, dentre elas com o BB, BNDES, Caixa Econômica Federal e bancos privados, entre outros.

2 Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 Planejamento

A ABGF apresentou seu plano de negócios ao Conselho de Administração ao final do exercício de 2013. Naquela ocasião, o plano era passível de revisão devido às indefinições sobre os principais nichos de atuação, de curto e médio prazo.

O plano de negócios consignou, como prioritário, o apoio imediato ao segmento de infraestrutura, com foco nas concessões públicas de rodovias, que constam do Programa de Investimento em Logística do Governo Federal - PIL (que compreende concessões de Rodovias, Ferrovias, Portos e Aeroportos).

Aliado a isso, a ABGF decidiu iniciar a implementação de sua atuação na prestação de serviços relativos ao seguro de crédito à exportação, atividade mencionada no item 1.4 deste relatório, e que atualmente é exercida pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A-SBCE, através de contrato a ser celebrado com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda – SAIN/MF. A ABGF será a sucessora da SBCE nessa prestação de serviços e assumirá o contrato no segundo semestre de 2014.

Por fim, constituiu-se como terceira área de atuação, os estudos e as análises quanto à possível capitalização da ABGF, mediante a transferência de cotas detidas pela União nos fundos FGHAB, FGO, FGI. Tais estudos incluíram também a possibilidade de administração desses fundos pela ABGF.

Do ponto de vista tático, elaborou proposta de orçamento (PDG – Plano de Dispendio Global) para 2013, com o intuito de dotar a empresa dos recursos necessários para promover investimentos em recursos humanos, materiais e tecnológicos com vistas a cumprir o desafio de atuar nos três segmentos acima mencionados. Nesse sentido, a ABGF foi estruturada em quatro diretorias: uma delas a Presidência, outra a Diretoria Administrativa e Financeira e as duas restantes (Diretoria de Operações e Diretoria de Risco) voltadas para o desenvolvimento dos negócios, o que mostra o foco nas atividades finalísticas da Empresa.

No plano operacional, a ABGF encerrou as suas atividades em 2013 com ações voltadas para o desenvolvimento de recursos humanos capacitados para elaborar estudos de viabilidade, construção de estatutos, de regulamentos e de modelos de certificado de garantia.

O plano de negócios da ABGF está alinhado com as diretrizes estabelecidas na Lei 12.712/2012 e com o seu Estatuto Social. A Empresa, apesar do amplo espectro de atuação, previsto na referida Lei, definiu segmentos de atuação prioritários para o Governo Federal, como, por

exemplo, as concessões rodoviárias, objeto de leilões públicos realizados em 2013, que fazem parte do Programa de Investimento em Logística do Governo Federal - PIL.

Os principais objetivos estratégicos foram:

- a formalização de contrato de prestação de serviços para criação e administração do FGIE;
- a formalização de contrato de prestação de serviços com a SAIN/MF, para a realização de todos os serviços de seguro de crédito à exportação, através do FGE; e
- o início de tratativas para promover a incorporação das cotas dos fundos diluídos (FGHAB, FGO e FGI) ao capital da ABGF em 2014, autorizada pelo Decreto Presidencial s/nº, de 23.12.2013.

Os riscos foram mitigados por conta da pré-operacionalidade da empresa, que se concentrou no recrutamento de pessoal, com vistas à estruturação das áreas de contabilidade, logística e jurídica.

3 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão

3.1 Estrutura de Governança.

A estrutura de governança da ABGF tem como base normativa o seu Estatuto Social e é composta das seguintes instâncias:

a) **Assembleia Geral de Acionistas:** representa os acionistas da Empresa. Como a ABGF é uma empresa pública, com 100% de seu capital de propriedade da União, esta é representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Atua conforme orientação do Governo, em reuniões específicas;

b) **Conselho de Administração:** composto por seis membros é responsável pela orientação geral dos negócios da ABGF e define as diretrizes e objetivos da Empresa, além de monitorar os seus resultados. Atua sob o regime de colegiado e reúne-se, ordinariamente, de preferência uma vez por mês e no mínimo uma vez por trimestre; e extraordinariamente, sempre que necessário; as deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos Conselheiros presentes e são registradas no livro próprio de atas, sendo que, em caso de empate, o Presidente do Conselho de Administração exerce o voto de qualidade.

c) **Conselho Fiscal:** composto por três membros titulares e respectivos suplentes, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda e eleitos anualmente pela Assembleia Geral, é o órgão permanente que tem como função fiscalizar os atos do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva e a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ABGF. Atua sob a forma de colegiado e reúne-se ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente ou pelo Conselho de Administração, nos casos previstos em lei.

d) **Diretoria-Executiva:** composta por um Diretor Presidente indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda e três Diretores, é o órgão de administração da ABGF responsável pela gestão dos negócios, de acordo com a orientação geral fixada pelo Conselho de Administração. Atua sob a forma de colegiado e reúne-se ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente, mediante convocação do Diretor Presidente ou da maioria dos Diretores; as deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos presentes e registradas no livro próprio de atas, sendo que, em caso de empate, o Diretor Presidente exerce o voto de qualidade.

e) **Auditoria Interna:** apoia e assessora a alta administração da ABGF na consecução dos objetivos organizacionais, oferecendo-lhe informações relevantes acerca do estado dos controles internos, do gerenciamento de riscos e da governança corporativa da Empresa;

g) **Controle Interno:** órgão responsável pelo gerenciamento dos processos de controle interno da ABGF, estabelece instrumentos visando à conformidade dos processos e ao cumprimento das normas internas e externas e institui mecanismos para o gerenciamento dos riscos corporativos.

3.2 Remuneração paga aos membros da Diretoria Estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

3.2.1 Política de remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração dos dirigentes e conselheiros da ABGF é definida com base no disposto no art. 1º, inciso III, do Decreto nº 3.735, de 24.01.2001, combinado com art. 6º, inciso IV, alínea “h”, do Anexo I do Decreto nº 7.675, de 20.01.2002.

A proposta de remuneração dos dirigentes e conselheiros da ABGF foi definida na Nota Técnica nº 338/CGOR/DEST/SE-MP, de 2013, a qual também aprovou o pagamento com despesas relacionadas à assistência médica, odontológica e à previdência complementar dos dirigentes.

O DEST fixou por meio daquela nota técnica a remuneração mensal dos conselheiros em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria-Executiva, excluindo-se os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

A referida Nota Técnica fixou em até R\$ 2.009.704,19 a remuneração global a ser paga aos administradores e conselheiros da ABGF, no período compreendido entre abril/2013 a março/2014, fixando limites individuais no período de doze meses.

Relativamente à Diretoria-Executiva foram aprovados os seguintes benefícios:

- Gratificação natalina;
- Gratificação de férias;
- Auxílio-alimentação mensal, no valor fixo de R\$ 895,40;
- Auxílio-moradia mensal, no valor fixo de R\$ 1.800,00;

- Auxílio-saúde mensal, no valor fixo de R\$ 979,34 para o Diretor-Presidente e R\$ 932,70 para os demais Diretores; e
- Previdência suplementar mensal, no valor fixo de R\$ 1.364,34 para o Diretor Presidente e R\$ 1.299,37 para os demais Diretores.

3.2.2 Demonstrativo da Remuneração mensal de membros dos conselhos

Quadro 02 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		REMUNERAÇÃO												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Rizzo, A.A.P.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Araújo, C.A.M.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Cozendey, C.M.B.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Vianna, H.F.R.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Franco, M.P.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Lima, R.E.M.	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
CONSELHO FISCAL															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		REMUNERAÇÃO												
	Início	Fim	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Cordeiro, C.R.G. (S)	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	-	-	3.528,88
Pereira, F.M. (T)	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Palmeira, L.A.A. (T)	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	3.528,88	17.644,40
Baptista, R.A.N.L. (T)	27/08/13	31/12/13	-	-	-	-	-	-	-	3.528,88	3.528,88	-	3.528,88	3.528,88	14.115,52

Fonte: GEPES

3.2.3 Demonstrativo sintético da remuneração de membros de diretoria e de conselhos

Quadro 03 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	4	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	677.179,58	-	-
a) salário ou pró-labore	635.197,55	-	-
b) benefícios diretos e indiretos	41.982,03	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	677.179,58	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: GEPES

Quadro 04 – Síntese da Remuneração dos Membros do Conselho de Administração (Valores em R\$)

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	6	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	105.866,40	-	-
a) salário ou pró-labore	105.866,40	-	-
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	105.866,40	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados p/ cessação exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: GEPES

Quadro 05 – Síntese da Remuneração dos Membros do Conselho de Fiscal (Valores em R\$)

Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros:	3 Tit. 1 Supl.	-	-
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	52.933,20	-	-
a) salário ou pró-labore	52.933,20	-	-
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	52.933,20	-	-
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados p/ cessação exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: GEPES

4 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

A programação orçamentária da ABGF está integralmente contida em seu **Programa de Dispendios Globais – PDG**. Os Dispendios de Capital que integram o PDG compõem o **Orçamento de Investimento (OI)** da ABGF, todos organizados no **Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**, que visa dotar a administração das empresas estatais federais de condições necessárias para prestar adequado suporte a suas áreas operacionais e cujos custos de aquisição devem ser registrados no Ativo Imobilizado, conforme as ações abaixo discriminadas:

a) Manutenção e Adequação de Bens Imóveis – 23.122.0807.4101.0001 - esta ação é uma atividade que consiste na realização de obras de alvenaria, de estrutura e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc. em edificações. Tem por finalidade realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários;

b) Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Ação 23.122.0807.4102.0001 – é uma atividade que consiste na realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade da Empresa. Destina-se à realização de despesas com manutenção e adequação que prolonguem a vida útil desses bens móveis, proporcionando melhor qualidade aos usuários, e

c) Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – Ação 23.126.0807.4103.0001 - é uma atividade que consiste na aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade da Empresa. Destina-se à realização de despesas relacionadas aos citados bens, que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

O Quadro 6 – Programação de Despesas a seguir espelha as dotações orçamentárias da ABGF aprovadas para o exercício de 2013.

Quadro 06 – Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF				Códigos UO: 25289(OI) e 10007(PDG)		
Origem das Dotações Orçamentárias (PDG)				Grupos de Despesa Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
DOTAÇÃO INICIAL				0	0	0
REVISÕES	Reprogramações			2.501.694	0	1.556.298
	Remanejamentos					
Dotação final 2013				2.501.694	0	1.556.298
Origem dos Créditos Orçamentários (OI)				Grupos de Despesa de Capital		
				4 - Investimentos		
DOTAÇÃO INICIAL						0
CRÉDITOS	Suplementares					0
	Especiais	Abertos				2.000.000
		Reabertos				0
	Extraordinários	Abertos				0
		Reabertos				0
	Créditos Cancelados					0
Dotação final 2013						2.000.000

Fonte: GECON

4.1.1.1 Análise Crítica

A ABGF iniciou suas atividades no segundo semestre de 2013, razão pela qual suas solicitações orçamentárias do exercício foram atendidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST em prazos extemporâneos, culminando com a aprovação de seu Orçamento de Investimento (OI), via Crédito Especial à LOA/2013, pela Lei nº 12.947, de 27 de dezembro de 2013, e de seu Programa de Dispendios Globais (PDG), pelo Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013, o que afetou os processos de gestão orçamentária da Empresa, impossibilitando uma execução mais eficiente, conforme se observará nos quadros seguintes (Quadro 07 e Quadro 08).

4.1.2 Realização da Despesa

4.1.2.1 Despesas Totais por Modalidade Contratação – Créd. Originários – Total

Quadro 07 – Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF		Código UO: 25289(OI) e 10007(PDG)	
Modalidade de Contratação	Despesa Contabilizada	Valores Pagos	
	2013	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0	0	
a) Convite	0	0	
b) Tomada de Preços	0	0	
c) Concorrência	0	0	
d) Pregão	0	0	
e) Concurso	0	0	
f) Consulta	0	0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	
2. Contratações Diretas (h+i)	15.044,79	15.044,79	
h) Dispensa	3.899,00	3.899,00	
i) Inexigibilidade	11.145,79	11.145,79	
3. Regime de Execução Especial	0	0	
j) Suprimento de Fundos	0	0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.093.477,79	919.829,40	
k) Pagamento em Folha	1.089.574,00	915.925,61	
l) Diárias	3.903,79	3.903,79	
5. Outros	489.173,76	627.543,52	
6. Total (1+2+3+4+5)	1.597.696,34	1.562.417,71	

Fonte: GECON

4.1.2.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Quadro 08 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF		Código UO: 25289(OI) e 10007(PDG)	
DESPESAS CORRENTES			
Grupos de Despesa	Contabilizadas	Pagas	
	2013	2013	
1. Despesas de Pessoal	1.089.574	915.925	
Salários Base	743.188	704.673	
Encargos Sociais	331.237	196.104	
Benefícios Sociais	15.147	15.147	
2. Juros e Encargos da Dívida	747	747	
Encargos e Financeiros e Outros – Outras Fontes	747	747	
3. Outras Despesas Correntes	504.974	643.344	
Serviços de Terceiros	397.490	289.227	
Tributos e Encargos Parafiscais	96.851	343.485	
Outros Dispendios Correntes	7.702	7.702	
Materiais e Produtos	2.929	2.929	
DESPESAS DE CAPITAL			
Grupos de Despesa	Contabilizadas	Pagas	
4. Investimentos	2013	2013	
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	2.400	2.400	
5. Inversões Financeiras	0	0	
6. Amortização da Dívida	0	0	

Fonte: GECON

4.1.2.3 Análise Crítica da Realização da Despesa

O Orçamento de Investimento e o Programa de Dispendios Globais da ABGF do exercício de 2013 foram aprovados, respectivamente, pela Lei nº 12.947, de 27 de dezembro de 2013, e Decreto nº 8.174, de 26 de dezembro de 2013, e suas execuções sofreram impactos em razão dessas aprovações extemporâneas, que resultaram na postergação de ações planejadas para o período e impediram uma execução mais eficiente.

4.1.2.3.1 Análise Crítica da Realização da Despesa – Orçamento de Investimento (OI)

As dotações aprovadas para o Orçamento de Investimento da ABGF integram o Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, que visa dotar a administração das empresas estatais federais de condições necessárias para prestar adequado suporte a suas áreas operacionais, conforme a seguir:

Quadro 09 – Realização da Despesa – Orçamento de Investimento (OI)

Valores em R\$1,00

Ações do Programa 0807 – Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	Dotações Aprovadas	Realização	% de realização
4101 – Manutenção de Bens Imóveis	200.000	0	-
4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis	300.000	2.400	0,80
4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	1.500.000	0	-
TOTAIS	2.000.000	2.400	0,12

Fonte: GECON

A execução orçamentária do OI em 2013 corresponde a 0,12% do orçamento total aprovado para a Empresa. As ações planejadas para o exercício foram postergadas e o saldo remanescente do Crédito Especial, no valor de R\$ 1.997.600,00 (um milhão, novecentos e noventa e sete mil e seiscentos reais) será objeto de solicitação de Crédito de Reabertura em 2014, para sua incorporação à LOA/2014.

O valor executado corresponde à aquisição de um aparelho de ar condicionado, na modalidade “dispensa de licitação”, conforme processo nº 003/2013.

4.1.2.3.2 Análise Crítica da Realização da Despesa – PDG – Dispêndios Correntes

A execução orçamentária do PDG, Dispêndios Correntes, em 2013, corresponde a 39,31% do orçamento total aprovado para a Empresa neste grupamento de despesas, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 10 – Realização da Despesa – PDG – Dispêndios Correntes

Valores em R\$1,00

Programa de Dispêndios Globais - Dispêndios Correntes	Dotações Aprovadas	Realização	% de Realização(1)	% de Realização(2)
Pessoal e Encargos Sociais	2.501.694	1.089.574	43,55	26,85
Materiais e Produtos	16.000	2.929	18,31	0,07
Serviços de Terceiros	1.272.408	397.490	31,24	9,80
Utilidades e Serviços	31.890	0	-	0
Tributos e Encargos Parafiscais	56.000	96.851	172,95	2,39
Encargos Financeiros e Outros	0	747	-	0,02
Outros Dispêndios Correntes	180.000	7.702	4,28	0,18
TOTAIS	4.057.992	1.595.296	-	39,31

(1) Em relação a dotação aprovada para o item

(2) Em relação ao total da dotação aprovada no PDG-Dispêndios Correntes

Fonte: GECON

O valor executado em Serviços de Terceiros inclui parte das contratações, por inexigibilidade de licitação, da Imprensa Nacional, cuja vigência é de 6/11/2013 a 5/11/2014, conforme o processo nº 002/2013, e, por dispensa de licitação, do escritório de contabilidade Camargos Contadores e Associados – vigência de 1º/11/2013 a 31/05/2014 –, conforme o processo nº 001/2013.

Tais contratações se deram por inexigibilidade e por dispensa de licitação, levando-se em conta, respectivamente, o ente público envolvido e a inexpressividade do valor contratado.

5 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

5.1 Estrutura de Pessoal da ABGF

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da ABGF

5.1.1.1 Lotação

Quadro 11 – Força de Trabalho - Situação em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-		-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-		-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-		-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-		-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-		-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-		-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-		-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-		-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administ. Pública	145	10	10	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	145	10	10	-

Fonte: GEPES

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro 12 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas – Situação em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	145	10	10	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	145	10	10	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exerc. Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	146	10	10	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	145	10	10	-

Fonte: GEPES

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a idade

Quadro 13 – Quantidade de Servidores por Faixa Etária - - Situação em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	1	2	1	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	1	4	2
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	1	2	1	4	2

Fonte: GEPES

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal segundo a escolaridade

Quadro 14 – Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade - Situação em 31/12/2013

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	4	5	1	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	4	5	1	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	-	-	-	4	5	1	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: GEPES

5.1.3 Custos de Pessoal

Quadro 15 - Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	211.958,33	-	-	-	-	-	-	-	-	211.958,33
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: GEPEs

5.1.4 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No exercício de 2013, a ABGF ainda não havia desenvolvido indicadores de gerenciamento de recursos humanos. Em 2014, serão desenvolvidos indicadores nos seguintes temas: absenteísmo; acidentes de trabalho e doenças ocupacionais; rotatividade (turn-over); e educação continuada, com indicadores quantitativos. A satisfação e motivação no trabalho serão avaliadas com indicadores qualitativos.

6 Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

6.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Na data das nomeações, todos os ocupantes de cargos de Direção, Conselhos e comissionados de livre provimento assinam autorização de acesso do TCU aos dados de Bens e Rendas exigidos nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993. Os documentos, renováveis anualmente, são mantidos nas pastas funcionais.

Quadro 16 – Demonstrativo do Cumprimento por autoridades e Servidores da ABGF

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	13		13
	Entregaram a DBR	13		13
	Não cumpriram a obrigação	0		0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	10		10
	Entregaram a DBR	10		10
	Não cumpriram a obrigação	0		0

Fonte: GEPES

7 Informações Contábeis

7.1 Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76

As Demonstrações Contábeis da ABGF, incluindo suas Notas Explicativas, foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e figuram neste Relatório de Gestão no Anexo I.

7.2 Composição Acionária do Capital Social como Investida

O Capital Social da ABGF foi subscrito e integralizado totalmente pela União.

Quadro 17 – ABGF como investida

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional	100	0	0
	% Governo	100	0	0

Fonte: GECON

7.3 Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis da ABGF foram examinadas pela Audiger Auditores & Consultores S/S, CRC-DF nº 507, e, conforme se observa em seu Relatório de Auditoria (Anexo II), emitiu parecer sem ressalvas, declarando que as referidas demonstrações apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa no exercício de 2013, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No período de 27.08 a 31.12.2013, a administração da ABGF priorizou as ações necessárias para dotar a empresa de estrutura (pessoal, logística, tecnologia, etc.) para o início de suas atividades, de apoio e finalísticas. A implementação dessas ações estava condicionada à aprovação do PDG 2013 logo no início da gestão, o que só veio a ocorrer em 28.12.2013. Isso, consequentemente, impossibilitou a realização dos investimentos previstos para 2013, tendo sido realizado apenas 0,12% do valor de R\$ 2.000.000,00, alocados no orçamento. Dessa forma, várias ações foram postergadas e o saldo remanescente de R\$ 1.997.600,00 foi objeto de solicitação de Crédito de Reabertura em 2014, para sua incorporação à LOA 2014.

Apesar disso, a ABGF adotou medidas estruturantes, como a criação de equipes dedicadas ao planejamento e à elaboração de rotinas e normas das atividades, para possibilitar, até julho/2014, o alcance dos principais objetivos estratégicos, abaixo relacionados:

- Celebração do contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda - SAIN/MF, para a execução/administração dos serviços análise, gestão e monitoramento de riscos no Seguro de Crédito à Exportação- SCE ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE;

- Conclusão da elaboração do estatuto e do regulamento do Fundo de Garantia de Investimento em Infraestrutura – FGIE, com vistas à sua aprovação pelo Conselho de Participação do FGIE - CPFGIE em assembleia;

- Elaboração da modelagem atuarial de capitalização e de precificação das garantias do FGIE no PIL de concessões rodoviárias; e

- Condução do processo de incorporação dos fundos FGI, FGO e FGHAB que, após a sua conclusão, poderá elevar de forma significativa o capital social da ABGF.

Assim, a partir da concretização desses objetivos, a ABGF iniciará uma nova etapa em sua trajetória recente, inaugurando sua fase operacional com a consequente geração de receitas advindas dos seus produtos/serviços.

ANEXOS

Anexo I Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Anexo II Relatório do Auditor Independente

Anexo I

Demonstrações Contábeis

e

Notas Explicativas

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A - ABGF**

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45

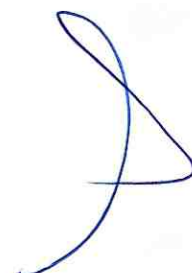
Brasília -DF

**BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO DE
27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expresso em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	4	50.073.433
Adiantamentos a empregados		15.905
Impostos a recuperar	5	248.581
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		<u>50.337.919</u>
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	6	2.400
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>2.400</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>50.340.319</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A - ABGF**

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45

Brasília -DF

**BALANÇO PATRIMONIAL DO PERÍODO DE
27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expresso em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2013</u>
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Obrigações trabalhistas e sociais	7	151.037
IRRF a recolher		38.515
Dividendos a pagar	8	10.094
Outras obrigações	9	108.265
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>307.911</u>
Capital social	10.a	50.000.000
Reserva legal	10.b	2.125
Retenção de lucros	10.b	30.283
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>50.032.408</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>50.340.319</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A - ABGF**

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45

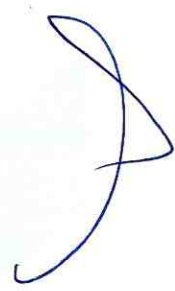
Brasília -DF

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expresso em reais)

	Nota	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(1.533.582)</u>
Despesas administrativas	12	(59.103)
Despesas com pessoal	13	(1.430.892)
Despesas tributárias		(43.587)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.533.582)</u>
Despesas financeiras		(8.567)
Receitas financeiras	11	1.637.799
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		<u>95.650</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(53.148)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u><u>42.502</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A - ABGF

CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45

Brasília -DF

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em reais)

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas		Lucro do Exercício	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldo inicial		-	-	-	-	-
Integralização de capital	10.a	50.000.000				50.000.000
Lucro líquido do período					42.502	42.502
<u>Destinação do lucro</u>						
Reserva legal	10.b		2.125		(2.125)	-
Retenção de lucros	10.b			30.283	(30.283)	-
Dividendos obrigatórios	8				(10.094)	(10.094)
Saldo Final em 31/12/2013		50.000.000	2.125	30.283	-	50.032.408

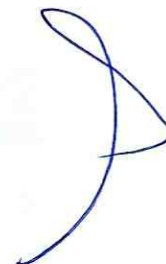
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A - ABGF**
CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Método Direto
(Valores expressos em reais)

	Nota	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
RECEBIMENTOS		51.635.851
Integralização de capital	10.a	50.000.000
Rendimentos de aplicações financeiras		1.635.851
PAGAMENTOS		1.562.418
Pessoal e encargos		1.105.832
Outras obrigações		454.186
Aquisição de imobilizado		2.400
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		50.073.433
SALDO INICIAL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		-
SALDO FINAL – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	4	50.073.433

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

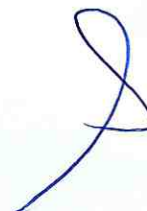


AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS
S.A - ABGF
CNPJ/MF N.º 17.909.518/0001-45
Brasília -DF

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013
Método Indireto
(Valores expressos em reais)

	Período de 27/08/2013 a 31/12/2013
<u>Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais</u>	
Lucro líquido do período	42.502
Depreciação/Amortização	-
<u>Variações nos Ativos</u>	
(Aumento) Redução de adiantamentos	(15.905)
(Aumento) Redução de impostos a recuperar	(248.581)
<u>Variações nos Passivos</u>	
(Redução) Aumento de obrigações trabalhistas e sociais	151.037
(Redução) Aumento de obrigações tributárias	38.515
(Redução) Aumento de outras obrigações	108.265
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>75.833</u>
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</u>	
Aquisição de imobilizado	(2.400)
<u>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</u>	
Integralização de capital	50.000.000
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	<u>49.997.600</u>
Aumento (Redução) nas disponibilidades	<u>50.073.433</u>
Saldo inicial de caixa	-
Saldo final de caixa	<u>50.073.433</u>
Aumento (Redução) nas disponibilidades	<u>50.073.433</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF**

CNPJ/MF 17.909.518/0001-45

(Brasília - DF)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO PERÍODO DE 27 DE AGOSTO DE 2013 A 31 DE DEZEMBRO DE 2013**
(Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF** é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, sob a forma de sociedade anônima, criada pelo Decreto nº 7.976, de 1º de abril de 2013, conforme autorizado pela Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, iniciando suas atividades em 27 de agosto de 2013.

A ABGF está sujeita ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

A ABGF tem sede e foro em Brasília – Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional, podendo para a consecução dos seus objetivos institucionais:

I – criar subsidiárias, inclusive com o fim específico de administrar fundos que tenham por objetivo a cobertura complementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal;

II – instalar escritórios, filiais, representações e outros estabelecimentos, no País e no exterior; e

III – adquirir participações em empresas, públicas ou privadas, dos ramos securitário e ressecuritário, bem como dos ramos de atividades complementares às do setor de seguros e resseguros, com ou sem o controle do capital social, observado o disposto na alínea “a” do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

A ABGF tem por objeto:

I - a concessão de garantias contra riscos:

a) de morte e invalidez permanente - MIP do mutuário, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;

b) de danos físicos ao imóvel - DFI, em operações de crédito habitacional no âmbito de programas ou instituições oficiais;

c) de crédito, em operações de crédito habitacional, no âmbito de programas ou instituições oficiais;

d) comerciais, em operações de crédito ao comércio exterior com prazo superior a 2 (dois) anos;

e) políticos e extraordinários, em operações de crédito ao comércio exterior de qualquer prazo;

f) de descumprimento de obrigações contratuais referentes a operações de exportação de bens ou serviços, conforme garantias:

1. de execução (performance);
2. de reembolso de adiantamento de recursos (*advanced payment*);
3. de termos e condições de oferta; e
4. contra hipóteses de interrupção de obrigações contratuais do devedor;

g) de crédito, em operações de aquisição de máquinas e implementos agrícolas, no âmbito de programas ou instituições oficiais;

h) de crédito, em operações a microempreendedores individuais, autônomos, micro, pequenas e médias empresas; e

i) de crédito educativo no âmbito de programas ou instituições oficiais;

II - a constituição, administração, gestão e representação de fundos garantidores;

III - a constituição, administração, gestão e representação de fundos que tenham por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, desde que autorizada pela legislação aplicável aos seguros privados, observadas as disposições estabelecidas pelo órgão regulador de seguros; e

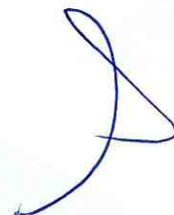
IV - a execução de todos os serviços relacionados ao seguro de crédito a exportação, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados, nos termos do art. 4º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e no que couber.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 24 de fevereiro de 2014.



b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

d. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. A Empresa não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação nessa demonstração além do próprio resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência em todo o período apresentado, a menos que declarado o contrário.

a) Reconhecimento da receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na quitação das obrigações de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros básicos

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste, (ii) utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o

valor justo na data da transação, levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme categoria. O custo amortizado corresponde (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro (ii) menos amortização de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período.

d) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil.

e) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período.

f) Outros ativos e passivos

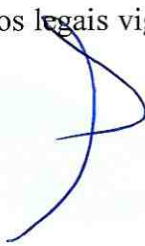
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

h) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro

A empresa optou pelo levantamento de balanços trimestrais, encerrados respectivamente, nos dias 30 de setembro e 31 de dezembro de 2013, para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social Sobre o Lucro. O Imposto de Renda (IR) foi apurado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, tendo por base de cálculo o lucro real, na forma dos dispositivos legais vigentes, e a Contribuição Social (CS) foi apurada à alíquota de 9%.



i) Destinação do resultado

A destinação do resultado do período está consignada nas demonstrações contábeis no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo utilizado o previsto no Estatuto.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31.12.2013
Aplicações financeiras	50.073.433

As aplicações financeiras da Empresa foram efetuadas em fundo de investimento *extramercado* administrado pelo Banco do Brasil S.A.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

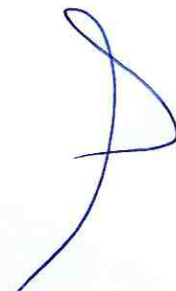
Descrição	31.12.2013
IRRF sobre aplicações financeiras	248.311
IRRF sobre salários	270
	<u>248.581</u>

6. IMOBILIZADO

O imobilizado tangível está demonstrado ao custo de aquisição e está composto da seguinte forma:

Elemento	<u>Taxas de depreciação</u>	<u>Custo corrigido</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido 31.12.2013</u>
Máquinas, equipamentos		2.400	-	2.400

Os bens foram adquiridos no final do mês de encerramento do período, porém, colocados em uso no mês subsequente ao seu registro, quando passaram a ser depreciados.



7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

A composição do saldo é a seguinte:

Descrição	31.12.2013
Férias a pagar	66.012
INSS a pagar	51.035
FGTS a recolher	15.225
INSS sobre férias	13.863
FGTS sobre férias	4.902
	151.037

8. DIVIDENDOS A PAGAR

Conforme dispõe o Estatuto Social da ABGF, são assegurados à União pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. Foi apurado o valor de R\$ 10.094 conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31.12.2013
Lucro Líquido do Período	42.502
Reserva Legal (5%)	(2.125)
Base Para Cálculo do Dividendo Mínimo Obrigatório	40.377
Dividendo Mínimo Obrigatório (25%)	10.094

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

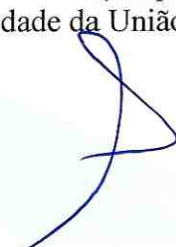
O saldo da conta de Outras Obrigações está representado pelos ressarcimentos de salários de empregados cedidos para a ABGF, cuja composição é a seguinte:

Descrição	31.12.2013
Renato Gerúndio de Azevedo	53.032
Ronaldo Camillo	55.233
	108.265

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais) é composto de 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente sob a propriedade da União.



b) Reservas de lucros

Descrição	31.12.2013
Reserva legal (i)	2.125
Reserva de retenção de lucros (ii)	30.283
	32.408

- (i) A reserva legal, no valor de R\$ 2.125, refere-se à parcela de 5% sobre o lucro líquido de 2013.
- (ii) A reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 30.283, refere-se à parcela remanescente do resultado, após a destinação do lucro do período para a reserva legal e dividendo mínimo obrigatório (vide Nota Explicativa nº 8) e foi constituída com a finalidade de financiar investimentos, conforme Proposta de Orçamento de Capital, inserida no Programa de Dispendios Globais - PDG de 2014 do DEST/MPOG.

11. RECEITAS FINANCEIRAS

Descrição	31.12.2013
Receitas de aplicações financeiras	1.635.851
Receitas de juros ativos	1.948
	1.637.799

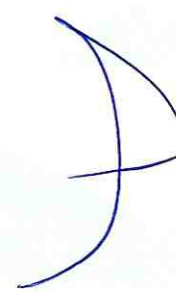
As receitas financeiras são oriundas do resultado das aplicações financeiras da ABGF em fundos de investimento extramercado administrados pelo Banco do Brasil S.A., conforme Nota Explicativa 4.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2013
Despesas de ocupação	(14.400)
Despesas com viagens e representações	(27.564)
Despesas administrativas	(17.139)
	(59.103)

13. DESPESAS COM PESSOAL

	31.12.2013
Salários, encargos e benefícios	(296.846)
Salários e ordenados	(195.630)
Encargos sociais	(72.311)
Auxílios e benefícios	(28.905)



Honorários e encargos	(988.576)
Honorários do Conselho de Administração (i)	(105.866)
Honorários do Conselho Fiscal (i)	(52.933)
Honorários da Diretoria Executiva (i)	(388.759)
Encargos Sociais Sobre Honorários	(113.457)
Ressarcimentos de Salários de Diretores (ii)	(327.561)
 Provisões e encargos	 (145.470)
Provisão para férias	(66.012)
Provisão para 13º salário	(46.755)
Encargos sociais sobre provisões	(32.703)
 Total	 (1.430.892)

- (i) As remunerações dos Conselhos e da Diretoria Executiva foram aprovadas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, conforme Nota Técnica nº 338/CGCOR/DEST/SE-MP, de 06 de agosto de 2013.
- (ii) A ABGF ressarciu integralmente os salários e benefícios para as funções de Diretores Executivos e de cargos comissionados ocupados por empregados originários da Administração Pública Federal.

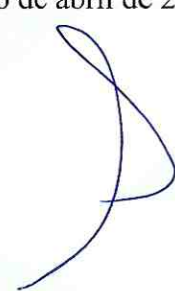
14. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

A **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.**, para exercer seu objetivo institucional de emissão direta de garantia que trata o inciso I, do caput do artigo 38 da Lei nº 12.712 de 30 de agosto de 2012, deverá solicitar autorização junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nos termos do Artigo 2º da Resolução CNSP nº 286 de 26 de abril de 2013.

...//...



Anexo II

Relatório do Auditor Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócio Acionista da
**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A. - ABGF**
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ("ABGF")**, que compreendem o balanço patrimonial referente ao período de 27 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração da Empresa sobre as demonstrações contábeis

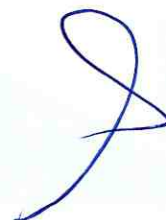
A Administração da ABGF é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da ABGF para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da ABGF. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócio Acionista da
**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E
GARANTIAS S.A. - ABGF**
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

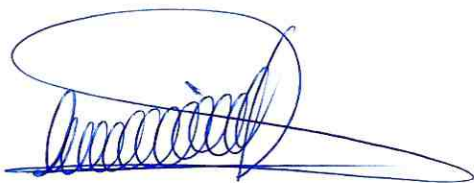
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A- ABGF**, no período de 27 de agosto de 2013 a 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme comentado na nota 15, a **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A- ABGF**, para exercer seu objetivo institucional de emissão direta de garantia que trata o inciso I, do caput do artigo 38 da Lei n. 12.712 de 30 de agosto de 2012, deverá solicitar autorização junto a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nos termos do Artigo 2º da Resolução CNSP nº 286 de 26 de abril de 2013. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

A **AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIA S.A- ABGF**, iniciou suas atividades em 27 de agosto de 2013, por esta razão, as demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não estão sendo apresentadas para fins de comparação.



Brasília, 24 de fevereiro de 2014.

Hélio do Vale Ribeiro
Contador
CRC- SP 162.349/O-5 T-DF
AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S
CRC - DF 507